



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**OS DESAFIOS DE SE FAZER UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA EM
PARCERIA COM OS CONSELHOS ESCOLARES**

VIVIANI DO NASCIMENTO RODRIGUES FERNANDES

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**OS DESAFIOS DE SE FAZER UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA EM
PARCERIA COM OS CONSELHOS ESCOLARES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Wanderléa Mendes Guedes

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

VIVIANI DO NASCIMENTO RODRIGUES FERNANDES

OS DESAFIOS DE SE FAZER UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA EM PARCERIA COM OS CONSELHOS ESCOLARES

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em ____ de julho de 2013 conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca examinadora:

Professor(a) Nome completo - Avaliador(a)

Professora Wanderléa Mendes Guedes -
Orientadora

Viviani do Nascimento Rodrigues Fernandes

Belo Horizonte, ____ de julho de 2013.

Dedico este trabalho às pessoas que todos os dias, estudam comigo, sofrem comigo, são um pouco deixadas de lado por mim, mas que acima de tudo, me apoiam, ajudam e acreditam em mim. Meu marido Marco Antonio, minha filha Maria Eduarda e minha tia (mãe) Eni.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida. Aos meus alunos que não me deixam desistir. Aos bons professores e diretores que passaram por minha vida. Aos meus companheiros e companheiras de trabalho, que em sua grande parte confiam em mim e na minha capacidade de gerenciar nossas duas escolas. Às minhas companheiras cursistas da Escola de Gestores de Caratinga, que assim como eu, estão em busca de melhores oportunidades e crescimento intelectual e profissional... Obrigada pelas ajudas, apoio e carinho. À minha família pela compreensão, força, apoio e carinho. Aos amigos pela valorização e respeito. E finalmente, mas muito importante, às professoras da Escola de Gestores, principalmente à minha orientadora Wanderléa Mendes Guedes, que não nos deixam desistir, desanimar e nos fazem querer sermos melhores e vencedoras. Obrigada!

RESUMO

O presente estudo é uma análise sobre os desafios de se fazer uma gestão democrática em parceria com os conselhos escolares. O objetivo é identificar os desafios que os gestores atuais encontram no exercício de suas atividades em relação à criação, formação e participação efetiva dos Conselhos Escolares, frente a administração e tomadas de decisões em suas instituições escolares. Durante a pesquisa foi analisado o Projeto Político Pedagógico da E. M. Dona Glorinha Rocha Abelha, os efeitos de uma gestão democrática dentro da comunidade escolar e a importância de um Conselho Escolar bem definida, consciente, participativo, coerente e a união de forças entre gestão e conselheiros.

Palavras-chave: Gestão Democrática, Conselhos Escolares, Projeto Político Pedagógico, instituições escolares, escola atual.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1. GESTÃO DEMOCRÁTICA	09
1.1 CONSELHOS ESCOLARES E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	16
ANEXO Projeto Político Pedagógico.....	18

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é mostrar que mesmo sendo difícil e trabalhosa a construção de uma parceria entre o gestor da escola e os membros do Conselho Escolar no processo de tomadas de decisões dentro da instituição escolar, ainda assim, o esforço é recompensado pelos resultados que se alcança.

A realidade da nossa escola mudou muito nesses últimos anos, as necessidades de nossos alunos e professores voltaram-se às inovações tecnológicas como: a internet, redes sociais, os livros digitais, as vídeo aulas e etc. Tudo isso, surge na escola para complementar o trabalho nas salas de aula e inovar o trabalho da gestão escolar.

Assim de forma imediata, fomos levados a nos reorganizar e adentrar nessa nova realidade, esbarrando em problemas como falta de material, falta de capacitação dos profissionais, habilidade excessiva de alguns alunos e a atenção dobrada em relação ao uso correto da internet, a resistência e a falta de compreensão dos pais mais conservadores.

Dessa forma estamos nesse processo de adaptação, de busca pelo melhor através do diálogo com os pais e comunidade escolar através do conselho escolar para entrarmos de vez nessa nova forma de fazer a educação acontecer em nossa escola, de forma contextualizada e atuante.

Com isso o papel dos gestores tornou-se amplo e voltado à democratização da sua prática administrativa. É de suma importância que ele busque adaptar-se ao novo modelo de gestor e levar de uma forma clara e objetiva essa inovação para dentro da escola e para a sua relação com todos os trabalhadores da escola e comunidade escolar e local em geral. O gestor deve abrir-se para a formação de um Conselho Escolar de qualidade em sua instituição de ensino.

Para isso o gestor precisa quebrar preconceitos, buscar conhecimento legal, tornar-se aberto ao diálogo, estudar, capacitar-se e capacitar os membros do Conselho Escolar de sua escola, tornar-se um agente de transformação e um executor de uma proposta de crescimento com qualidade para uma escola democrática. O gestor dessa forma passa a ser um instigador, norteador de uma escola de qualidade, aberta e pautada na construção de um saber coletivo, democrático e voltado à realidade dos agentes que compõem as instituições escolares e deixa de ser um mero ditador de fazeres.

Nosso Projeto Político Pedagógico, da Escola Municipal Bem Conhecer de Caratinga – MG, foi elaborado com essa parceria Gestão/Conselho, fundamentado para se fazer mudanças e solucionar problemas na estrutura administrativa, pedagógica e estrutural e financeira da escola. Pois com o apoio dos conselheiros escolares estamos discutindo e acompanhando o desenvolvimento do que está mencionado nele, e que de acordo com o que se espera desse PPP, ele deve ser debatido e analisado dentro do contexto não só da nossa região, mas também a nível nacional e internacional devido a abertura e a facilidade com que temos acessado as informações através dos novos meios de comunicação.

Segundo Paro:

A participação da comunidade na escola, como todo processo democrático, é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação. (PARO 2004, p.17).

Assim, fica evidente que todos os trabalhadores da educação, alunos, pais e comunidade escolar, precisam adaptar-se às necessidades e realidades em que estão inseridos e juntos de uma forma organizada, colaborativa e solidária, quebrar as barreiras da desinformação, da desqualificação e da desmotivação com o sistema educacional. A escola de hoje é a que está aberta ao novo sem deixar de lado o antigo que dá certo, a escola de hoje é a escola da diversidade e do diálogo.

1 . GESTÃO DEMOCRÁTICA

Na atualidade quando falamos em educação não podemos deixar de falar do papel do gestor escolar. O gestor de hoje, deve ser um profissional capaz de acompanhar as mudanças em que passa a sociedade e as pessoas que estão diretamente ou indiretamente ligadas à escola e de uma forma aberta e colaborativa tentando ampliar a capacidade de realização da organização escolar, tornando-a eficiente, funcional, interativa e que toda a comunidade escolar e os trabalhadores da escola tenham orgulho de sua instituição e prazer em fazer parte dela, como Veiga afirma:

Gestão democrática deve ter uma ampla participação, assegurando a transparência das decisões tomadas pela escola, exigindo a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica, rompendo com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática, buscando resgatar o poder do processo e do produto do trabalho pelos educadores (VEIGA, 1998, p.18).

Devido a sua posição dentro do ambiente escolar, onde exerce um papel de comando, controle, perpassando por todos os setores da escola e influenciando o ambiente em questão, o gestor deve ser um profissional que saiba fazer uso da sua prática de trabalho em prol do bem comum e coletivo, sempre buscando assegurar a participação de todos, a qualidade, um clima agradável dentro da escola, o bom desempenho do seu pessoal e uma boa qualidade do ensino-aprendizagem, e além de proporcionar esse processo de democratização do trabalho escolar.

Para tal, o gestor precisa envolver-se mais com a comunidade escolar, abrindo sua mente e desprendendo-se de conceitos fechados como a escola não precisa ser de domínio público e sim um ambiente a parte da realidade fora de seus muros. Um gestão democrática leva tempo, estudo, paciência, capacitação de todos da escola, abertura para opiniões diversas, participação de toda a comunidade escolar e local e vontade.

Assim, segundo Vieira (2002,p.16), diante do novo perfil do gestor, as demandas por transformação e quebras de paradigmas devem continuar intensas, passando a ser a tônica de uma sociedade em constante evolução.

1.1. Conselhos Escolares e o Projeto Político Pedagógico

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) em seu artigo 14, estabelece que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I- participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico; II – participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Dessa forma, a escola precisa da participação da família de seus alunos no acompanhando da aprendizagem e participando de tudo que diz respeito à escola. Onde a família e a escola andam juntas, a educação acontece.

Entende-se por Conselho escolar, um colegiado formado por todos os segmentos que formam a escola: comunidade escolar, pais, alunos maiores de 16 anos, funcionários da escola e gestor escolar, com eleição a cada dois anos, com a missão de atuar na organização e estruturação da escola juntamente com a equipe gestora, com direito de opinar e tomar decisões sobre as questões do cotidiano da escola, as funções e o campo de atuação dos conselheiros são: **consultiva, deliberativa e fiscalizadora em questões administrativo-pedagógicas e financeiras**, devendo ser o **órgão máximo** de discussão e decisões dentro da instituição escolar.

Dessa forma evidencia-se que a escola não pode trabalhar com o conceito de que o gestor é a autoridade suprema dentro dela. Agora, necessita-se fazer dentro da escola uma descentralização de poder, onde todos os gentes escolares, principalmente os pais e comunidade local, sejam convocados através da participação no conselho da escola, há fazerem a diferença e trabalhar para que a sua realidade mude e transforme-se. Todos dessa forma são agentes ativos dessa mudança, e um instrumento forte nesse processo é a construção de um projeto Político Pedagógico, sólido, coerente, voltado à realidade da escola e com a participação de todos.

Assim, segundo Veiga (2002, p.87):

Qualidade não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais. O desafio que se coloca ao projeto político-pedagógico da escola é o de propiciar *uma qualidade para todos*. A qualidade que se busca implica duas dimensões indissociáveis: a formal ou técnica e a política. (...) A qualidade

política é condição imprescindível da participação. (...) E esta depende da competência dos meios.

A educação passa por uma repaginada onde todos são agentes de transformação. Cabe a toda a comunidade escolar juntamente com a gestão da escola, unirem forças e fazerem que as transformações aconteçam e que tanto o Conselho Escolar se forme e atue com coerência dentro da escola, quanto o PPP seja elaborado e colocado em prática.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Bem Conhecer de Educação Infantil e Ensino Fundamental está sendo implantado e envolve todos da escola, o Conselho Escolar e a toda comunidade local.

Embora o Conselho Escolar da Escola Municipal Bem Conhecer de Educação Infantil e Ensino Fundamental tenha consciência de seu poder de atuação como órgão responsável pela consolidação de uma gestão democrática, ainda encontra muitos desafios como: falta de uma Capacitação para os Conselheiros, oferecida pela SME através do setor de Legislação para o estudo e a compreensão das legislações vigentes na área de educação e nas leis municipais por todos os membros do Conselho; resistência e descrédito de alguns funcionários efetivos mais antigos na escola e despreparo e desconhecimento de alguns funcionários designados na rede; pouca participação dos pais em reuniões; desinteresse dos pais em participar da vida escolar dos filhos; resistência da maioria da comunidade local em apoiar e acompanhar o que se passa na escola; falta de estrutura física da escola em atender os Conselheiros num espaço voltado para as reuniões e sem muitas confusões de funcionários e alunos entrando e saindo (as reuniões são realizadas na sala de professores dentro da secretaria da escola); frequência de todos os membros nas reuniões; conscientização mais global de todos que fazem parte do Conselho, pais, professores, funcionários, comunidade local e direção da escola de que interesses e opiniões pessoais todos possuem, mas na coletividade necessita-se de que todos busquem solidariamente uma solução comum a todos e que assim as ações façam surtir efeito imediato na escola e na vida do educando.

O caminho é longo, mas se bem percorrido trará resultados favoráveis ao crescimento da nossa instituição escolar. A união de todos que fazem e vivem da educação mudará os rumos da nossa escola e da nova escola que se desenvolve no país.

Dessa forma a cada dia, dentro do que dispomos e das orientações que estamos buscando através da SME do município, das Leis Federais da Educação e de exemplos conhecidos de outras instituições, estamos caminhando para que o Conselho de nossa Escola seja atuante.

De imediato estamos nos reunindo toda segunda quarta-feira do mês, das dezoito às vinte horas, na escola, para estudarmos as legislações e trocarmos pareceres sobre o que é uma escola, organograma funcional, soluções, dificuldades, parcerias que nos auxiliem, e estamos acima de tudo nos conhecendo como pessoas que somos, criando vínculos de respeito uns com os outros. Conseguimos envolver pais dentro do Conselho, que apesar de algumas limitações até mesmo a nível de conhecimento, com baixa escolaridade, são pessoas com muito conhecimento de vida, de realidade social, conhecem a comunidade onde estamos inseridos, são respeitados na comunidade e isso nos traz um respaldo em poder cobrar da comunidade escolar o que é certo a se fazer. Nossos professores e funcionários mesmo não membros do Conselho estão conhecendo o funcionamento desse instrumento e nesse ano todos os problemas sérios, que exigem uma presença da família dos nossos alunos na escola está sendo monitorado com a presença de Conselheiros, essa é uma vitória que estava precisando muito acontecer conosco no nosso dia-a-dia, pois estamos conseguindo dividir o problema e somar as soluções, desde o meio do ano passado de 2012, conseguimos criar uma parceria com o serviço psicopedagógico da SMS do nosso município, onde encaminhamos alunos que observamos uma necessidade de acompanhamento mais individualizado e especializado e a parte de acompanhamento, enfrentamento com as famílias resistentes em levar as crianças e dar continuidade em casa ao tratamento é feita diretamente por duas mães do Conselho monitoradas por nossa Coordenadora Pedagógica e orientadas pela Diretora da Escola, também estamos conseguindo fazer pequenas coisas dentro da escola mais que somadas ao final do mês são grandiosas, como mutirão de limpeza mensal dos lotes vagos ao redor da escola, parceria com o PSF do distrito, no encaminhamento para consultas médicas e atendimento odontológico das crianças, transporte escolar para atendimento de nossas crianças na sede do município, alteração dos horários das reuniões para a noite através de consulta aos pais e as presenças estão aumentando, visitas dos Conselheiros às famílias muito ausentes da escola.

Sabemos que é só o começo, que as ações e pequenas, mas já estão conseguindo melhorar a vida de nossos alunos, trazer responsabilidade e compromisso para os pais, funcionários da escola, alunos e toda a comunidade do Distrito de Santa Efigênia onde estamos inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que quando falamos de educação o assunto traz polêmica e muitos questionamentos. As leis existem mais nem sempre são cumpridas por quem as fazem e por quem deveria dar o exemplo, nossos governantes. Os trabalhadores da educação se perdem frente ao despreparo, desqualificação, desrespeito e desvalorização da sua profissão, os educandos e familiares não se comprometem com a escola em sua grande parte, e fazem pouco caso das escolas e dos profissionais da educação. O art. 205 de nossa Constituição Federal de 1988 é claro:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A democratização de nossas escolas só será uma realidade a partir da democratização da gestão escolar, com eleições dos diretores, formação dos conselhos escolares, construção dos projetos políticos pedagógicos e de uma abertura da escola para que a comunidade saiba da sua realidade e participe na tomada de decisões.

A gestão democrática [...] se constituirá numa ação prática a ser construída na escola. Ela acontecerá à elaboração do projeto político pedagógico da escola, à implementação de Conselhos de Escola que efetivamente influenciam a gestão escolar como um todo e as medidas que garantam a autonomia administrativa, pedagógica e financeira da escola, sem eximir o Estado de suas obrigações com o ensino público (GADOTTI, 2004, p.96).

Os desafios são grandes, autonomia pedagógica, administrativa e financeira dos estabelecimentos escolares, capacitação dos gestores, professores e demais funcionários escolares, introduzir a comunidade escolar no dia-a-dia da escola e buscar uma troca de experiências que visem as melhorias buscadas, colocar em prática a elaboração do PPP da escola, traçar metas claras e próximas da realidade e tentar através de um esforço coletivo solucioná-las, fazer com que o conselho da escola se efetive e passe a compartilhar democraticamente com a gestão da escola as decisões, as soluções e as necessidades da instituição.

Enfim, a escola precisa ser tratada com respeito, com solidariedade. Os desafios são grandes e reais, mas com a participação de todos, poderão ser

superados e uma nova realidade acontecer. Cabe a nós trabalhadores da educação, educandos, pais, comunidade escolar, dirigentes políticos e toda a sociedade fazermos a nossa parte e juntarmos forças através do conselho escolar e do projeto político pedagógica da escola para que haja um crescimento e uma valorização tão esperada da educação em nosso município.

Assim, cabe aos gestores escolares fazerem um trabalho voltado ao entendimento com a comunidade escolar através de um diálogo aberto e pautado no entendimento e nas leis sempre com o acompanhamento e ajuda dos conselhos da escola, de forma democrática, precisa e aberta.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins. O projeto político Pedagógico no contesto da Gestão escolar. In: MEC:Escola de Gestores. Brasília, 2007. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/90/moddata/data/4427/5220/22936/Acesso> em: 01 de junho de 2013.

BRASIL. **Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Ementa Constitucional n. 20, de 15-12-1998. São Paulo: Saraiva,1999.

BRASIL. **Lei nº 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação a Distância. *Salto para o Futuro: Construindo uma escola cidadã, projeto político-pedagógico*. Brasília: SEED, 1998.

CARATINGA. **Projeto político pedagógico**. Caratinga: Escola Municipal Bem Conhecer, 2013.

Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Caderno 1, Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf. Acesso em: 10 jun. 2008.

CISEKI, A. A. **Conselhos de escola: coletivos instituintes da escola cidadã**. In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. *Salto para o futuro: construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico*. Brasília, 1998. p. 43 - 52.

DOURADO, L. F. Conselho Escolar e o financiamento da Educação no Brasil. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília, 2006.

DOURADO, L. F. **A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil**. In: FERREIRA, N.(org). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, N.(org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. *Autonomia da Escola*. 6. ed. São Paulo: Cortez, (Guia da escola cidadã; v.1), 2004.

GADOTTI, Moacir. **Organização do trabalho na escola**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

GONÇALVES, Jussara dos Santos; CARMO, Raimundo Santos. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão**. UNAMA: 2001. Disponível em: <www.nead.unama.br/site/bibdigital/.../Gestao_Escolar.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2013.

OLIVEIRA, D. ; ROSAR, M. (org.) **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.

PARO, Vitor H. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre Educação**. 1ª ed. – São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, Vitor. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

PIAGET, J. **Para onde vai à educação**. José Olympio. Ed.15ª. Rio de Janeiro, 1972/2000.

TEIXEIRA, Lúcia. Conselhos Municipais de Educação: autonomia e democratização do ensino. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 123, set./dz. 2004, p. 691-708. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a09v34123.pdf. Acesso em 12 jun. 2013.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.

VIEIRA, Alexandre Thomas. Construindo uma nova escola. In: VIEIRA et al. **Formação de gestores escolares para a utilização de tecnologias de informação e comunicação**. São Paulo, SP: Takano Editora e Gráfica, 2002.

ANEXO

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Bem Conhecer de
Educação Infantil e Ensino Fundamenta



ESCOLA MUNICIPAL BEM CONHECER

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**ALDA MARIA TÁVORA DE FREITAS
MARIA DE LOURDES VALENTIM
MARILDA LÚCIA DA SILVA MAGALHÃES
ROSÁRIA BEATRIZ COSTA
VIVIANI DO NASCIMENTO RODRIGUES FERNANDES**

CARATINGA - 2013

ESCOLA MUNICIPAL BEM CONHECER

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Wanderléa Mendes Guedes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

CARATINGA - 2013

“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.
Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo.
Pássaros engaiolados são pássaros sob controle.
Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser.
Pássaros engaiolados sempre têm um dono.
Deixaram de ser pássaros porque a essência dos pássaros é o voo.
Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados.
O que elas amam são pássaros em voo.
Existem para dar aos pássaros coragem para voar.
Ensinar o voo, isso elas não podem fazer,
Porque o vôo já nasce dentro dos pássaros.
O vôo não pode ser ensinado.
Só pode ser encorajado.”

Rubem Alves

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1 – FINALIDADES DA ESCOLA	06
2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	08
2.1 – Estrutura Organizacional Administrativa	09
2.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica	11
3 – CURRÍCULO	13
4 – TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	15
5 – PROCESSOS DE DECISÃO	16
6 – RELAÇÕES DE TRABALHO	19
7 – AVALIAÇÃO	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	25

INTRODUÇÃO

No sentido etimológico, o termo *projeto* vem do latim PROJICERE que significa lançar para frente, *política* vem do grego politiké que é a arte de governar a cidade e *pedagógico* relativo à pedagogia; que é teoria da arte, filosofia ou ciência da educação.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional com sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar articulado ao compromisso sociopolítico com interesses reais e coletivos da população majoritária (VEIGA, 1995, p. 13).

Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Buscando acompanhar as novas propostas educacionais e modificar a atual realidade da nossa escola é que de forma planejada, elaborada e colaborativa, passamos da vontade de fazer diferente à concretização de uma nova perspectiva voltada para a eficiência e qualidade ao elaborarmos esse Projeto Político Pedagógico.

A Escola Municipal Bem Conhecer de Educação Infantil e Ensino Fundamental localizada à Rua das Palmeiras, 249 no Centro de Caratinga MG, que conta atualmente com duzentos e setenta alunos da educação infantil (1º e 2º períodos) e ensino fundamental (1º ao 5º ano) e trinta e cinco funcionários: uma diretora, duas coordenadoras pedagógicas, uma secretária, duas auxiliares de secretaria, duas professoras de educação física, uma professora de recursos multifuncionais, uma professora de reforço escolar, uma professora eventual, uma professora de literatura infantil, treze professoras regentes de sala, duas monitoras de ônibus, seis serventes e dois vigias noturnos.

O espaço da escola é amplo, oferecendo aos alunos e funcionários boas condições para acomodação, contando com oito salas de aula, uma de recursos multifuncionais, uma biblioteca, um laboratório de informática, um refeitório, uma

secretaria com diretoria, sala de professores, banheiro, almoxarifado e conta também com um amplo pátio de areia e outro pavimentado, playground, quadra coberta e oito banheiros, sendo dois adaptados para deficientes.

A escola não dispõe de clientela própria, pois recebe alunos de diversos bairros da cidade, inclusive da zona rural. Este fato contribui para que tenha pais de alunos nas diversas profissões e em nível de escolaridade que varia entre analfabetos, ensino fundamental, médio e ensino superior, sendo em sua maioria de classe média baixa.

Embora parte dos pais seja participativa na vida escolar dos filhos, um grande número de alunos não possui acompanhamento da família.

Com a finalidade de atender às novas exigências da educação contemporânea, a escola reuniu-se com pais e comunidade local para elaborar aquele que será o norteador de todo o processo educacional.

1 - FINALIDADES DA ESCOLA

A escola desenvolve um trabalho que atende ao aluno em seus aspectos afetivo, cognitivo e social buscando a integração desses fatores e assim viabilizando um processo de aprendizagem onde o aprender e o fazer estejam interligados.

Carrasco, J. G (1984, p.15) por exemplo:

Atribui à educação o fim de aperfeiçoamento intencional do Homem enquanto tal. Trata-se de uma finalidade intrínseca que, segundo o autor, dá origem a uma multiplicidade de finalidades, de entre as quais se destacam três:

- a) De caráter Pessoal, que visam desenvolver as capacidades especulativas, práticas e técnicas do Homem;
- b) De caráter Social, visando a educação para todos como forma de promover a igualdade de oportunidades entre todas as pessoas sem distinções;
- c) De caráter Cultural, perseguindo a promoção e difusão dos valores culturais de uma sociedade, integrando nestes valores a tolerância como forma de harmonizar as vivências entre os povos.

Pensando assim a escola busca ser um lugar de criatividade, do senso crítico, da afetividade, da responsabilidade, da iniciativa, da liberdade, da participação, da cooperação, do trabalho intelectual social e cultura, do lazer, da cultura, da autonomia vivenciados e percebidos por todos que estão direta ou indiretamente relacionados à escola, pois o processo educativo atual não permite que se busque formar cidadãos passivos e limitados que se permitam abrir mão de suas próprias convicções, sem questionamentos ou busca da verdade. A Escola Bem Conhecer tem como eixo principal em seu planejamento o desenvolvimento da autonomia, que se traduza na busca do conhecimento não e tão somente formal e curricular mas que proporcione também a boa convivência social, seja dentro ou fora do ambiente escolar. Como não poderia deixar de ser, a contribuição que a escola deseja oferecer à sociedade não é a de indivíduos engaiolados que não desenvolvem a habilidade de voar sozinho, quando chega o momento, mas de encorajá-los a voar na direção certa, sem temer contudo, retornar ao ponto de partida, se necessário e isto significa ajudar a criança a ser mais humana, num ritmo de vida tão desumanizado como o que estamos vivenciando, ser tolerante com os próprios erros e com o dos outros, sem que para isso tenha que se anular.

Paralelo a isso, não acreditando numa verdade absoluta, a escola incentiva a flexibilidade do planejamento, sem contudo deixar de contemplar o conhecimento formal uma vez que também este também se constitui em papel da escola.

2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Segundo Stoner, 1992, p.230, estrutura organizacional é a forma pela qual as atividades de uma organização são divididas, organizadas e coordenadas. Com a escola não poderia ser diferente. Nela a estrutura organizacional ocorre da seguinte maneira: administrativa e pedagógica.

Entende-se por estrutura administrativa o gerenciamento de recursos humanos, físicos e financeiros; tais como a divisão e fiscalização do trabalho, o estado e as condições das instalações e manutenção dos equipamentos do prédio, aquisição e distribuição dos materiais didáticos, mobiliários que atendam a todos da escola, acomodação dos alunos nas salas, iluminação, ventilação, limpeza e arrumação e aproveitamento dos espaços ociosos da escola.

Entende-se por estrutura pedagógica, a cumplicidade com a parte administrativa, mas também, a organização das funções de cunho educativo, como planejamento, capacitação de professores, preparação dos alunos para avaliações e metas a serem atingidas, interações políticas às questões referentes ao ensino-aprendizagem de nossos alunos e professores e a toda organização do currículo escolar, tudo isso voltado para que escola atinja com objetividade as suas finalidades.

2.1 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A equipe administrativa é composta pelo diretor e assistente técnico. Todos os membros são indicados pela Secretaria Municipal de Educação. É considerada a formação em nível superior na área de educação para assumir a direção e curso básico do ensino médio para o cargo de assistente técnico.

A escola conta com um diretor com curso superior e pós graduação na área de educação, um auxiliar técnico administrativo com curso superior na área de educação e dois auxiliares de secretaria um com curso superior na área de educação e outro com curso básico do ensino médio.

Consta no quadro funcional da escola, trinta e seis funcionários em efetivo exercício que prestam serviços à mesma em diferentes funções; um diretor escolar, um assistente técnico administrativo, dois auxiliares de secretaria, dois coordenadores pedagógicos, dois professores de educação física, um professor de literatura infantil, um de reforço escolar, um eventual, um de recursos multifuncionais, treze professores docentes, seis serventes escolares e dois vigias.

Quanto ao grau de escolaridade dos funcionários podemos observar que os vigias e as serventes escolares variam de ensino fundamental ao ensino médio.

Do quadro de professores todos possuem curso superior e alguns possuem pós-graduação na área da educação.

O espaço da escola é amplo, oferecendo aos alunos e funcionários boas condições para acomodação, seja dentro das salas ou fora delas.

O prédio escolar esta construído sobre uma área de 4.928,62m², sendo 913,50m² de área construída em alvenaria, cercada com telas, atendendo às exigências no que se refere à localização, segurança e condições de salubridade.

O prédio tem capacidade para atender mais de duzentos alunos por turno. Possui nove salas de aula, uma sala de informática, uma biblioteca, secretaria com salas para professores, diretora, coordenadora pedagógica, secretária e auxiliares, sala de informática para aulas especializadas, sala de reforço, cantina com bancos e

mesas insuficiente para comportar os alunos, banheiro masculino e feminino, uma área coberta para recreação e educação física, uma quadra de futsal coberta, um parque, uma horta, um jardim e outras áreas livres.

2.2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

Problemas ligados às características de vida do aluno, o seu ambiente familiar, às suas relações com os pais, às suas condições de saúde e nutrição; igualmente aspectos ligados à sua história escolar, seu aproveitamento em outras séries e outras matérias, suas relações com outros professores e com colegas; todos esses aspectos, ligados à vida do discente fora da sala de aula, interferem no seu aproveitamento e, conseqüentemente no trabalho do professor. FALCÃO (1994, p.42)

A escola conta com dois coordenadores pedagógicos, um no turno matutino e outro no turno vespertino.

As atividades pedagógicas são desenvolvidas tendo como base o Matrizes Curriculares Nacionais onde são elaborados projetos de acordo com a necessidade e maturidade de cada turma, o planejamento de cada professora é feito semanalmente ou diariamente, conforme critério de cada professor e orientação da coordenadora pedagógica.

Dentro desse processo é preciso realizar diferentes atividades extraclasse, jogos, trabalhos de grupo, o que não é feito mecanicamente, é preciso que se estabeleça uma relação ativa entre professor(a) / educando(a), outro fator importante é no ensinar a pensar.

A escola busca constantemente trabalhar através dessas atividades a construção da autonomia, nessa construção o aluno vai agir sobre o objeto de estudo mentalmente. O professor será o mediador entre o pensar, reelaborando com o aluno (a) seu próprio pensamento e ampliando sempre que possível.

Com o objetivo de instigar o raciocínio, a concentração e a interpretação do aluno a escola realiza um trabalho com aulas extraclasse de xadrez com os alunos do 2º Ciclo assim como um projeto com jornal para que os mesmos possam melhorar seu rendimento na leitura e na produção de textos jornalísticos e sempre que possível utiliza livros didáticos para ampliar de forma prazerosa o conhecimento dos (a) alunos(a).

Faz parte da nossa linha metodológica realizar o trabalho com jogos diversos em sala de aula e principalmente nas aulas de reforço que acontecem extra-turno para os(as) alunos(as) que apresentam maiores dificuldades como também exige-se que todas as turmas acompanhem um roteiro para organização dos cadernos.

A escola utiliza a metodologia de projetos e procura fazer com que todos valorizem as produções das próprias crianças.

Nos primeiros anos de escolaridade, educação infantil e turma do 1º ano, valorizarmos o trabalho com atividades de pátio por considerarmos essencial o desenvolvimento das habilidades psicomotoras e da autoimagem positiva.

3 - CURRÍCULO

“Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito.” (VEIGA, 2002, p.7).

Para compreender currículo é fundamental que se analise as dimensões do mesmo. Mediante esta temática e com o objetivo de formar um indivíduo capaz de exercer a cidadania, a proposta curricular está embasada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Baseia-se nos primórdios de uma educação de qualidade que respeita a singularidade do indivíduo em processo de formação.

Segundo Moreira (1998, p.53), a proposta curricular deverá priorizar a melhoria da qualidade do ensino oferecido, sanar as dificuldades na alfabetização, incentivar a participação da comunidade escolar nas decisões, superando o autoritarismo, promovendo assim uma gestão democrática.

A proposta curricular da escola objetiva primeiramente melhorar a qualidade do ensino oferecido e sanar as dificuldades no processo de escolarização, desenvolvendo um trabalho que atende o(a) aluno(a) nos aspectos afetivo, cognitivo e social buscando a integração desses fatores e assim viabilizando um processo de aprendizagem onde o aprender e o fazer estejam interligados.

Visando a construção da cidadania, são realizadas atividades cujo enfoque é a formação de valores éticos onde o aluno é capaz de dialogar quando necessário tendo conhecimento de seus direitos e deveres, o que o faz agir de forma consciente e avaliar suas atitudes.

As atividades pedagógicas são desenvolvidas tendo como base o Plano Anual de Escolaridade onde são elaborados projetos de acordo com a necessidade e maturidade de cada turma, o planejamento de cada professora é feito semanalmente ou diariamente, conforme critério de cada professor e orientação da coordenadora pedagógica.

O currículo é definido mediante a matriz curricular, respeitando a carga horária prevista com conteúdos fundamentais à formação básica, independente de fatores externos. Os conteúdos são definidos de modo que facilite o trabalho

interdisciplinar entre eles, proporcionando aos professores possibilidades de inserir novas metodologias em sala e dinamizar as aulas, utilizando recursos diversos.

4 – TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Quem teve a ideia de cortar o tempo em fatias,
a que se deu o nome de ano,
foi um indivíduo genial.
Industrializou a esperança,
fazendo-a funcionar no limite da exaustão.
Doze meses dão para qualquer ser humano
se cansar e entregar os pontos.
Aí entra o milagre da renovação
e tudo começa outra vez,
com outro número e outra vontade de acreditar que daqui pra diante vai ser diferente.

(Cortar o tempo – DRUMMOND)

Partindo da concepção de Drummond, podemos dizer que o ano letivo está fatiado em duzentos dias os quais cada um composto de quatro horas totalizando uma carga horária anual de oitocentas horas para o ensino fundamental (1º ao 5º ano) e setecentas e vinte horas para a educação infantil (1º e 2º período). Para que o trabalho seja bem elaborado e desenvolvido faz-se necessário a realização de um planejamento. Na Escola Municipal Bem Conhecer este é realizado inicialmente bimestral, quando então é planejado o todo do conteúdo de cada ano escolar. Porém, semanalmente as supervisoras reúnem-se com as professoras de cada turma para planejarem as atividades diárias, acompanhar os avanços e diagnosticar as dificuldades dos alunos para assim reformularem o planejamento e traçar estratégias de intervenção para sanar as dificuldades apresentadas.

A escola acredita na concepção de que um(a) aluno(a) ajuda o outro a crescer quando a turma é agrupada de forma heterogênea. Portanto, não separa os alunos por nível de conhecimento, mas por faixa etária como propõe o sistema de ciclos. A escola não compactua, portanto, com o “sistema de mercado” ao qual Freitas (1994,p.224) se refere em que somente aqueles que despontam inicialmente estão fadados ao sucesso e em contra partida os que não se sobressaem a princípio, são rotulados de limitados ou fracos.

Partindo deste princípio, a forma com a qual a escola busca aproximar o nível de conhecimento entre os alunos é oferecendo atividades diferenciadas aqueles que necessitam através das aulas de reforço que são dadas no contra turno quer seja na sala, pátio ou biblioteca dependendo da defasagem que necessita ser vencida.

5 – PROCESSOS DE DECISÃO

Toda decisão requer comprometimento, persistência e ousadia. No cotidiano escolar não é diferente. Por mais compartilhada que seja a gestão, há o momento em que cabe a liderança da escola a responsabilidade da tomada de decisão que como bem define FERREIRA. A. B. H. (1988, p.30) Tomada de Decisão é o ato ou efeito de tomar, de decidir, resolução, determinação, deliberação, desembaraço, disposição, coragem capacidade de decidir.

Dentro do ambiente escolar é preciso exercer esta determinação no processo de tomada de decisão, porém é relevante que este processo precisa ser compartilhado para que as decisões não centralize apenas na pessoa do diretor e assim praticar uma política uni lateral prejudicando as relações democráticas.

Dentro desta visão é que o processo de decisão é feito de maneira democrática, com a participação de todos integrantes da comunidade escolar. As decisões são tomadas considerando as leis que regem a educação, o regimento escolar, a filosofia de trabalho adotada pela escola, o conselho de classe e o colegiado escolar.

O conselho escolar que é atuante e participa dos processos de decisão da instituição escolar tem uma parcela enorme de contribuição para a realização de uma educação de qualidade. Essa participação ocorre em diferentes segmentos da escola e em seus diferentes processos educativos.

O conselho escolar deve também planejar, acompanhar e fiscalizar a execução de projetos da escola, do uso dos recursos destinadas à educação. O conselho participa de todos os acontecimentos da instituição escolar, sendo eles de ordem financeira, administrativa e pedagógica. A participação dos membros da comunidade escolar tira da pessoa do gestor a responsabilidade única de resolver os assuntos da escola.

Além do colegiado escolar os membros do caixa escolar também são de fundamental importância para o processo de tomada de decisão, pois auxilia o gestor a gerir os recursos financeiros da escola. Eles definem prioridades da escola em parceria com o Conselho Escolar, aplica os recursos em consonância com estas prioridades observando os instrumentos legais, encaminha as prestações de contas ao setor administrativo do município.

Com o amparo do colegiado escolar, a direção da escola passa a dividir as responsabilidades e ter a parceria deste órgão para gerir a instituição.

Outro instrumento importante no âmbito escolar é o Conselho de Classe. Este é um órgão que atua no processo decisório da escola e tem como objetivo de discutir sobre todos os problemas na área pedagógica e procurar soluções e organizar planos de ações para a execução das decisões tomadas.

Apesar do apoio do colegiado, do caixa escolar é fundamental que o gestor exerça o papel de articulador e coordenador do processo decisório. Deverá dividir responsabilidades, delegar competências, acompanhar e monitorar os processos e resultados.

Dentro deste contexto é notório que ainda é preciso avançar na forma da escolha do gestor. Atualmente não há ainda no município processo eletivo para gestor escolar, pois prevalece a indicação política, embora esta esteja sujeita às determinações do plano de carreira que são: ser funcionário efetivo na área da educação, ser detentor de curso superior e ter dois anos de experiência no magistério.

A democratização da escolha do gestor efetiva definitivamente a gestão democrática e favorece a concretização de todos os outros segmentos. Ela é o elo entre a instituição e a comunidade em que está inserida.

A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores e não os seus fiscalizadores ou, menos ainda, os meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática pais, mães, alunas, alunos, professores e funcionários assumam sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola. (GADOTTI, 2001, p.35)

É através da divisão de responsabilidade, solidariedade entre todos os agentes da instituição, que o processo de tomada de decisão torna-se efetivo e eficaz, nesse processo alguns fatores são de suma importância como: conhecimento, postura ética e sobretudo a capacidade de atribuir funções e coordenar o que foi atribuído. Assim a coletividade torna-se o pilar que efetiva a democracia em nossas instituições de ensino e faz com que os processos de tomadas de decisões sejam claros, objetivos e eficientes.

6 – RELAÇÕES DE TRABALHO

O ser humano desde que nasce precisa aprender a relacionar-se com o outro. Na escola as relações de trabalho abrangem vários indivíduos que conservam características diversas, objetivos diferentes e determinados.

Santos (1992, p.126), ao referir-se a esses grupos, afirma que: As relações coletivas e igualitárias, ao se constituírem como negação de toda forma de individualismo e de personalismo, favorecem a participação ativa e interessada de todos, bem como acresce (sic) a responsabilidade disciplinar de cada um em benefício de todos. Nesses processos, onde todos participam, onde cada um pensa e decide por si mesmo e onde cada um compartilha entre iguais as responsabilidades assumidas coletivamente, geram-se a desalienação e a emancipação e aumenta-se a coesão grupal.

Na escola buscamos meios de fazermos com que nosso cotidiano seja vivido dentro dos princípios de respeito, participação, integração e solidariedade, entre alunos, professores, direção, coordenação, pais, funcionários e comunidade local. Nem sempre alcançamos sucesso, pois o espírito individualista e egoísta ainda encontra-se presente entre nós, mas estamos caminhando para mudar essa realidade.

Nossa realidade é baseada pelas leis da educação, portarias, regimento escolar, estatuto da criança e adolescente, etc., para nos orientarmos e junto com o Colegiado Escolar analisamos e buscamos soluções para nossos problemas. Nas reuniões com os funcionários, são colocadas as normas e regras da escola e quando por ventura acontece conflitos ou infrações essas são registradas em ata e as partes ouvidas e com a ajuda do colegiado solucionamos, quando não podemos resolver na escola passamos para a Secretaria Municipal de Educação que é nossa instância maior. Aos alunos são repassadas pela direção da escola as normas gerais e pelo professor da turma as regras de convivência, acontece alguma situação os envolvendo, são chamados para conversar, os pais são avisados e convidados para vir à escola e buscamos sempre solucionar os problemas de uma forma que nosso aluno possa crescer como pessoa e não voltar a praticar tais atos. Os pais são orientados em reuniões, comunicados sempre que algo acontece pelos professores e pela direção, no intuito de que eles fiquem a par da vida escolar de seu filho, que conheçam a escola e quem nela trabalha e passem a participar dos deveres escolares de seus filhos.

Buscamos a cada dia criar uma relação de parceria entre a escola e a comunidade escolar. Queremos que nossas crianças cresçam com a capacidade de se ajudarem mutuamente e conhecerem cada um seus direitos e deveres enquanto pessoas de bem. Não podemos fugir de conflitos, não podemos deixar de sentir desconforto frente aos problemas e que na vida temos que aprender a cada dia a conhecer o outro e procurar entendê-lo e respeitá-lo.

Estamos enfrentando uma nova realidade na educação. Os profissionais da educação precisam passar por uma mudança interior, rever sua prática, voltar para dentro da educação com uma nova visão. O desconforto causado pela baixa remuneração, pela falta de apoio por parte dos governos, pela falta de disciplina e desestrutura familiar dos alunos, pela informatização das instituições, uma série de novas cobranças e inovações que os levam as vias da desmotivação. Tudo isso, afeta as relações dentro da escola e nos leva a buscar junto a nossa Secretaria Municipal de Educação e órgãos sociais parcerias para apoiar a escola e amenizar nossa realidade de impotência frente aos problemas que aparecem.

A Secretaria Municipal de Educação, através de parcerias com a Secretaria Estadual de Ensino e outras Instituições de Ensino, oferecem aos professores da rede municipal cursos durante todo o ano, capacitação profissional, para que nossos docentes, diretores, supervisores e demais funcionários da educação se capacitem e melhorem a sua realidade diária.

A escola oferece aos alunos e pais, programações culturais, palestras e informações em relação ao trabalho feito nela, durante todo o ano para aproximá-los uns dos outros, aproximá-los dos professores e de todos que nela trabalha.

As relações de trabalho em nossa escola ainda estão em processo de construção e amadurecimento, mas já começamos a vivê-las e sentir seus primeiros resultados, pois se cada um de nós fizermos a nossa parte e juntarmos nossas forças e esforços, alcançaremos o sucesso.

7 – AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem é, antes de tudo, uma questão política, intimamente relacionada às finalidades do projeto educativo da escola. Não pode, pois, ser concebida de forma isolada, uma vez que reflete uma concepção de homem, de educação e sociedade. Concepções de avaliação relacionam-se com concepção de ensino e de aprendizagem e com concepções de relações sociais. Sendo então, ponto de partida e de chegada de todo e qualquer trabalho pedagógico, deve-se ter caráter dinâmico, pois é ela que fornece as bases para as novas decisões que se vão fazendo necessárias durante todo o desenvolvimento educacional.

Dentro de uma concepção dinâmica e histórica de construção do conhecimento, a avaliação é um instrumento que ajuda a garantir o processo da aprendizagem. Deve ser uma proposta em que prepondere a função formativa que, por sua natureza formadora, informa, descobre, conscientiza professores e alunos e a função diagnóstica que desvela o porquê da não aprendizagem e exige uma nova ação didática, sem a qual não haverá uma aprendizagem que possibilite a progressão continuada.

A avaliação diagnóstica e a formativa no regime de progressão continuada estarão informando aos professores, os avanços e dificuldades do aprendiz e da ação didática, e estarão, ainda, fornecendo informações que permitam a orientação e a organização de novas ações e materiais didáticos junto ao Coordenador Pedagógico.

A avaliação formativa, sendo uma reflexão constante sobre o que acontece no processo ensino-aprendizagem, possibilita a identificação dos diferentes ritmos dos alunos. Enriquecida com as informações da avaliação diagnóstica, revela as necessidades dos alunos e contribui para a construção de caminhos diferentes para o atendimento a essas necessidades.

A avaliação formativa favorece o diálogo constante que deve haver entre as atividades didáticas e a aprendizagem.

Nossa escola participa também dos processos de avaliação sistêmicas tanto as de nível Nacional como as de nível Estadual. Sendo elas:

- Provinha Brasil (nível federal) avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no 2º ano de escolarização, tem como objetivo avaliar o nível de alfabetização dos educandos; oferecer às redes de ensino um diagnóstico da qualidade de ensino e redução das desigualdades educacionais em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional.
- Prova Brasil (nível federal) denominada Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, é realizada a cada dois anos, avalia as habilidades em língua portuguesa (foco na leitura) e matemática (foco na resolução de problemas), seus objetivos são:
 - Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, redução de desigualdades e democratização da gestão do ensino público;
 - Buscar o desenvolvimento de uma cultura avaliativa que estimule o controle social sobre os processos e resultados do ensino.
 - Avaliações do SIMAVE, Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica, cujo objetivo é fornecer informações ao sistema e aos professores orientando a construção de estratégias de acompanhamento e intervenções para o alcance da meta de que toda criança esteja alfabetizada aos oito anos.

Atualmente, no âmbito do SIMAVE, três diferentes programas de avaliação se articulam: O PROALFA, O PROEB e o PAAE, destes nossa escola participa do PROALFA, Programa de Avaliação da Alfabetização: verifica níveis de alfabetização alcançados pelos alunos da rede pública e indica intervenções necessárias para a correção dos problemas identificados, e também do PROEB, Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica: avaliação em larga escala, verifica a eficiência e a qualidade do ensino no Estado de Minas Gerais a partir dos resultados sobre o desempenho das escolas nas séries finais dos blocos de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico contempla a realidade atual da escola em seus aspectos físico, pedagógico e administrativo que não é estático, mas que se renova a cada momento, na medida em que novos desafios surgem ou que as dificuldades atualmente apresentadas sejam sanadas.

Da última reformulação do PPP 2010 para o atual alguns desafios estão plenamente consolidados, outros ainda em andamento e surgiram questões novas a serem resolvidas. Os mais significativos são:

DESAFIOS	METODOLOGIA	RECURSOS
<p>Maior participação dos pais na vida escolar dos filhos e no cotidiano da escola.</p>	<p>Acompanhamento das atividades escolares como: tarefas, leituras de livros, comparecimento às reuniões e eventos culturais.</p> <p>Trabalho voluntário dos pais em diversas atividades como: serviços de bombeiro hidráulico, eletricista, marceneiro, pedreiro...</p>	<p>Criação de uma comissão de pais amigos da escola que conhecendo o dia a dia escolar, possam colaborar mais com a instituição incentivando os filhos no aproveitamento dos estudos e aos outros pais a também doarem parte de seu tempo no crescimento da escola.</p>
<p>Qualificação dos professores dos anos iniciais (educação infantil e 1º ao 3º anos do ensino fundamental)</p>	<p>Promoção de ciclos de estudos e cursos para capacitação dos profissionais que atuam nesta área.</p> <p>Listar temas para estudo de acordo com as necessidades dos profissionais.</p>	<p>Encontros semanais com as coordenadoras pedagógicas para estudo dos conteúdos.</p> <p>Participação nos cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Governo Federal.</p>
<p>Diversificação do uso</p>	<p>Elaboração do projeto de</p>	<p>Confecção e aquisição de</p>

<p>de metodologias e de recursos pedagógicos objetivando promover aulas motivadoras e criativas.</p>	<p>intervenção com jogos de alfabetização para atender os alunos nos diferentes níveis de leitura e escrita.</p>	<p>jogos de alfabetização. Compra de materiais pedagógicos diversos tais como jogos matemáticos e livros paradidáticos com o recurso do PDDE.</p>
<p>Elevação do índice de desempenho da escola nas avaliações sistêmicas.</p>	<p>Identificação das principais dificuldades apresentadas pelos alunos. Orientação aos professores para que compreendam os processos avaliativos, as dificuldades para assim fazerem as intervenções necessárias.</p>	<p>Formação de grupos de estudos entre professores e coordenadores pedagógicos a fim de traçarem novas metas a serem atingidas.</p>
<p>Promoção da cidadania através da educação ambiental.</p>	<p>Organização de palestra relacionada ao tema (uso consciente da água e da eletricidade, separação do lixo). Realização de gincanas e cursos de culinária que ensinem aproveitar melhor os alimentos.</p>	<p>Desenvolvimento de projeto com todos os funcionários e membros da comunidade escolar para promover a educação ambiental.</p>

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

CARRASCO, J., G. (Coord) (1984). Teoria de la Educacion. Anaya Fonte: <http://pt.shvoong.com/social-sciences/education/2039628-finalidades-da-educa%C3%A7%C3%A3o/#ixzz2O1rqLczP>

FALCÃO FILHO, José Leão M. Supervisão: Uma análise crítica das críticas. Coletânea vida na escola: os caminhos e o saber coletivo. Belo Horizonte, p 42-49, mai/94.

PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dona Glorinha Rocha Abelha de Caratinga MG

SANTOS, Oder José dos. *Pedagogia dos conflitos sociais*. Campinas: Papyrus, 1992. 146 p. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

STONER, James A. F., **FREEMAN**, R. Edward. Administração. 5^o ed. Rio de Janeiro: PHB, 1992

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola : uma construção possível. Campinas: SP.Papyrus, 2004.